

PALESTRAS DE HIGIENE NA RÁDIO TUPI:

Convergências entre o saber médico e a educação escolar no contexto do Estado Novo (1937-1945)¹

HYGIENE LECTURES ON RÁDIO TUPI:

Convergences between medical knowledge and school education in the context of the Estado Novo (1937-1945)

*FABIANO QUADROS RÜCKERT*²

*JULLY ANNE CALONGA DA SILVA*³

RESUMO

O objetivo do artigo consiste na análise de um conjunto de palestras transmitidas pela Rádio Tupi, durante o Estado Novo. As palestras foram produzidas pelo Ministério da Educação e Saúde, num contexto de crescente intervenção do saber médico nas instituições de ensino escolar e registram a preocupação do Estado Novo com o papel da escola e dos professores na formação física e moral dos estudantes. A fonte documental consultada é composta por três volumes da série intitulada *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*. O trabalho de análise priorizou palestras que abordam as relações entre o saber médico e a educação escolar. A documentação consultada foi interpretada a partir dos conceitos foucaultianos de biopolítica e disciplina.

Palavras-chave: Escola; Educação Sanitária; Estado Novo; rádio.

ABSTRACT

The purpose of the article is to analyze a set of lectures broadcast by Rádio Tupi, during the Estado Novo. The lectures were produced by the Ministry of Education and Health, in a context of increasing intervention of medical knowledge in school teaching institutions and register the concern of the Estado Novo with the role of schools and teachers in the physical and moral formation of students. The documentary source consulted is composed of three volumes of the series entitled *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*. The analysis work prioritized lectures that address the relationship between medical knowledge and school education. The consulted documentation was interpreted from the Foucauldian concepts of biopolitics and discipline.

Keywords: School; Health Education; New State; radio.

¹ A pesquisa contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Professor Adjunto de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS – Campus do Pantanal. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br;

³ Licenciada em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista PIBIC/CAPES. E-mail: jullyannecalonga13@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A interpretação do Estado Novo como um período histórico desconectado dos fatos políticos ocorridos entre 1930 e 1937 é um erro que não devemos cometer. Neste sentido, concordamos com interpretação de Capelato (2007, p. 110) que identificou no Estado Novo “a consolidação de uma política de massas que vinha se preparando desde o início da década.” Nos seus aspectos gerais, a política de massas implantada pelo regime estadonovista articulou três estratégias que se complementam. A primeira foi neutralizar a participação popular nas decisões do governo por meio da supressão dos partidos, do fechamento do Congresso e do controle sindical. A segunda foi a intensificação do intervencionismo estatal na economia – experiência que já estava em curso desde 1930. A terceira estratégia foi o uso da censura e da propaganda política para ampliar e fortalecer a aceitação social do regime (PANDOLFI, 1999; VELLOSO, 2007; CAPELATO, 2007; 2009)

No que diz respeito à saúde da população, e particularmente, à Educação Sanitária, sabemos que desde o primeiro ano do Governo Provisório, Vargas promoveu ações para ampliar a participação do Estado na prevenção e tratamento de doenças. Dentre estas ações destacamos a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e a inserção do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES) no respectivo ministério.

Em 1934, três anos antes do Estado Novo ganhar forma, Gustavo Capanema transformou o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária na Seção de Informação, Propaganda e Educação Sanitária (IPES). E, por meio desta Seção, o MESP ocupou-se da produção e divulgação de materiais educativos relacionados à saúde (HOCHMAN, 2001). Consideramos pertinente ressaltar que o Regulamento do IPES, aprovado em 1934, determinou a obrigatoriedade da colaboração de estabelecimentos cinematográficos e empresas de radiodifusão na transmissão do material de Educação Sanitária preparado pelos técnicos do governo federal. A mesma obrigatoriedade foi aplicada aos estabelecimentos comerciais e o descumprimento poderia ser punido com a aplicação de multas (SOUZA, 2012, p. 28).

Em 1937, a denominação Serviço de Propaganda e Educação Sanitária

(SPES) voltou a ser usada pela repartição do MESP encarregada do trabalho educativo. Mas a mudança do nome da repartição não provocou alterações nas concepções e práticas de Educação Sanitária do MESP. Durante o Estado Novo, a Educação Sanitária continuou sendo promovida por meio de filmes, palestras de rádio, cartilhas, livros didáticos, cartazes, folhetos e matérias publicadas na imprensa (SOUZA, 2012, p. 28-29).

Dentre os diversos meios de promoção da Educação Sanitária usados pelo Estado Novo, selecionamos, para análise neste artigo, as palestras de rádio. E, dentro desta categoria específica, concentramos a atenção nos três volumes da série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*. Na sequência do artigo, apresentamos, de forma sucinta e introdutória, as primeiras relações estabelecidas entre rádio, radiodifusão e educação no Brasil; e, posteriormente, desenvolvemos uma análise de fragmentos da fonte documental selecionada, destacando interações entre o saber médico e a educação escolar, no contexto do Estado Novo.

1. O RÁDIO, A RADIODIFUSÃO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL (1926-1945)

Não é nosso objetivo escrever uma história do uso do rádio ou uma história da radiodifusão no Brasil. No entanto, considerando que as *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* – a fonte documental que selecionamos para analisar – foram transmitidas por ondas radiofônicas, e considerando a importância do rádio para a sociedade brasileira, no período do Estado Novo, acreditamos ser pertinente inserir no artigo algumas informações sobre o contexto histórico dentro do qual as Palestras foram produzidas e transmitidas para o público ouvinte.

Em primeiro lugar, convém estabelecer uma distinção básica entre rádio e radiodifusão. O rádio se caracteriza como um veículo de comunicação usado para captar ondas sonoras que são transmitidas eletromagneticamente, as chamadas ondas radiofônicas. A radiodifusão, por sua vez, consiste no processo de produção, transmissão e recepção das ondas radiofônicas. E este processo pode ou não ser submetido ao controle do aparelho estatal.

A priori, o funcionamento de um aparelho de rádio não depende de autorização política. Transmissões radiofônicas circulam com ou sem a autorização do poder público. Contudo, uma vez submetida ao controle da política, a radiodifusão incorpora, de forma direta ou indireta, elementos políticos nos seus conteúdos.

No caso do Brasil, coube ao Governo Vargas instituir uma política de radiodifusão de abrangência nacional. A partir de 1930, no transcurso de uma centralização política conduzida por Vargas, o governo federal criou dispositivos jurídicos e burocráticos que suprimiram parte da autonomia da imprensa e passou a usar o rádio como veículo de propaganda política (CAPELATO, 2009). As intervenções do governo na imprensa foram intensificadas no período do Estado Novo – um período que também foi marcado pela popularização do rádio no Brasil (MEDITSCH, 1999; JAMBEIRO, 2004).

Nas primeiras décadas do século XX a aquisição de um rádio demandava recursos financeiros indisponíveis para a maior parte da população, e, conseqüentemente, o uso do aparelho ficou restrito aos segmentos mais ricos da sociedade. Contudo, nas décadas de 1920, e, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, o acesso ao rádio expandiu-se gradualmente para as classes populares e as transmissões radiofônicas ganharam importância para todas as partes envolvidas (empresas de comunicação, poder público, produtores das transmissões e público receptor).

Mas antes mesmo de se tornar popular para a sociedade brasileira, o rádio já havia sido pensado e usado como instrumento potencializador da educação. Uma das experiências pioneiras no uso do rádio para fins educativos ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Em 1923, formou-se na então capital federal, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A instituição reunia intelectuais ligados à Academia Brasileira de Ciências, dentre os quais, Edgard Roquette-Pinto, ocupava uma posição de destaque. Este intelectual, assim como muitos outros da sua época, acreditava que os problemas do Brasil seriam superados com a educação do povo brasileiro. E, seguindo esta crença, defendeu o uso do rádio para promoção da educação.

A partir de 1926, Roquette-Pinto usou as ondas da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para transmitir programas voltados para a educação. Ao lado de

programas mais elitistas, como palestras científica e músicas clássicas, Roquette-Pinto e os colaboradores da Rádio Sociedade veiculavam “aulas de francês, português, geografia, história do Brasil, higiene, silvicultura, química, história natural e física (ANDRELO, 2012, p. 141).”

O trabalho educativo desenvolvido por Roquette-Pinto na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi motivado, de um lado, pela sua preocupação com a educação das classes populares, e do outro, pela sua convicção de que o rádio poderia impactar de forma positiva no comportamento da sociedade brasileira. Sua concepção altamente positiva sobre as potencialidades do uso do rádio na educação foi registrada no artigo intitulado “Radioeducação do Brasil”, publicado em 1926, na Revista *Elétron*. Segundo Tavares (1999, p.8), Roquette-Pinto afirmou, num dos seus discursos, que:

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado.

As potencialidades educativas do rádio também foram percebidas por Gustavo Capanema, o principal expoente da política educacional implantada pelo Governo de Getúlio Vargas. Durante a gestão ministerial de Capanema, o governo federal promoveu diversas ações voltadas para a educação por meio das transmissões radiofônicas. E, uma destas ações, foi a produção e divulgação das *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*.

2. SABER MÉDICO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA SÉRIE PALESTRAS DE HIGIENE NA RÁDIO TUPI

O corpus documental denominado *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* foi objeto de um interessante artigo escrito por Mauro Castilho Gonçalves e intitulado “Educação, Higiene e Eugenia no Estado Novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela Rádio Tupi (1939-1940)” (GONÇALVES, 2011). Neste, o autor destaca a presença do higienismo e da eugenia nas concepções e proposições de educação assumidas pelo Estado Novo.⁴

⁴ Gonçalves (2011) usou “palavras-chaves” para identificar temas na fonte documental. O autor consultou dois volumes da série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* e não adotou uma distinção entre os temas específicos do ambiente escolar e temas de abrangência social mais ampla – procedimento que adotamos

O artigo de Gonçalves (2011), assim como as pesquisas de autores como Fonseca e Hochman (2000), Stephanou (2006), Dávila (2006); Souza (2012) e Figueiredo e Silva (2019), dentre outros, nos permitem afirmar que a concepção de Educação Sanitária do Estado Novo não estava restrita ao âmbito das escolas. Ela incluía, além das questões relacionadas ao ensino escolar, temas como a saúde dos trabalhadores; a higiene doméstica; a puericultura; a alimentação; os problemas decorrentes do alcoolismo e do tabagismo; o uso das vacinas como profilaxia e a prevenção e tratamento de doenças como a tuberculose; a hanseníase e a sífilis. Estes temas estavam presentes *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*, mas não se enquadram no escopo da nossa reflexão, e, conseqüentemente, não serão analisados.

A série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* foi redigida pelo médico Savino Gasparini, um dos técnicos do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do MESP, no período do Estado Novo. A série é composta por um conjunto de 80 palestras que foram publicadas em três volumes. Deste conjunto total, selecionamos 8 que estabelecem uma relação entre o saber médico e a educação escolar. O critério de seleção adotado excluiu da nossa amostra palestras que tratavam da Educação Sanitária sem considerar as especificidades do ambiente escolar e do público que frequentava as escolas [docentes e discentes].

Seguindo os critérios de inclusão/exclusão supramencionados, priorizamos peças documentais que ressaltam a importância do ambiente escolar, do currículo e do trabalho docente para a efetivação da Educação Sanitária.

Quadro 1 - Lista de palestras selecionadas.

Título da Palestra	Volume da Série	Páginas
Finalidade da educação física moderna	I	34 - 36
A cadeira de higiene nos ginásios	I	43 - 46
Eficiência na escola	I	54 - 58

no presente artigo.

Foot-ball e saúde	II	35 - 37
O problema dos repetentes nas escolas públicas	III	31 - 33
Instrução - Educação – Saúde	III	80 - 83
Escola antiga e escola moderna	III	88 - 91
Classificação antropológica dos escolares	III	101 - 104

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de: GASPARINI, 1945a; GASPARINI, 1945b; GASPARINI, 1945c.

A partir da leitura das 8 palestras selecionadas, identificamos dois subgrupos temáticos. São eles: (1) a eficiência da escola e o papel dos docentes na Educação Sanitária; e (2) o cuidado com a saúde dos estudantes.

3. SUBGRUPO 1: A EFICIÊNCIA DA ESCOLA E O PAPEL DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Este subgrupo é composto de 5 palestras que, apesar de distintas, convergem na ênfase sobre a importância do trabalho docente. Na opinião de Gasparini, o professor deveria ser colaborador no processo de Educação Sanitária promovido pelo Estado Novo. Ele também deveria ter uma conduta exemplar ao ponto de se tornar modelo de civilidade. Na idealização do autor, o “bom professor”

[...] é simples e modesto. É generoso e leal. Não tem preconceitos. Não é sectarista. É tolerante, paciente, entusiasta, otimista. [...]. E se não possuir essas qualidades não é digno do sacerdócio que exerce” (GASPARINI, 1945c, p. 81-82).

Além de possuir qualidades morais, o “bom professor” deveria ensinar conteúdos que desenvolvessem o patriotismo, o cuidado com a saúde, a disciplina e o gosto pelo trabalho.

Na palestra intitulada “Eficiência na escola”, Gasparini (1945a, p. 54) destaca três fatores importantes para o funcionamento de uma instituição de ensino: (i) a higiene do prédio escolar [o que incluía o espaço físico e a circulação

do ar]; (ii) os hábitos higiênicos adotados na escola; e (iii) o trabalho do professor no ensino da higiene e dos cuidados com a saúde.

O defendeu a necessidade de inserção da disciplina de Higiene no currículo das escolas denominadas Ginásios.⁵ Gasparini reconheceu que disciplinas como a Física, a Química e a História Natural, regularmente ofertadas no currículo ginásial nas décadas de 1930 e 1940, ofereciam contribuições para o ensino da Higiene. No entanto, ele argumentou que a existência de uma “cadeira de Higiene” para os jovens estudantes do ginásial resultaria em benefícios para o coletivo social. Segundo Gasparini (1945a, p. 44)

Num país, onde o número de doenças evitáveis e curáveis é tão avultado, onde é preciso dar maior divulgação aos preceitos higiênicos, às regras de profilaxia geral e específicas das doenças, responsáveis, em parte, pelo seu lento progresso, é simplesmente um crime desprezar tão importante matéria.

A juventude brasileira deve conhecer de perto os magnos problemas sanitários de cuja solução depende a grandeza da nação.

[...]

O estudante é, pela razão do próprio estudo, um centro de irradiação de ensinamentos, modificador natural da mentalidade retrógrada, muitas vezes dos próprios pais.

Consideramos este excerto da fonte documental como relevante porque contém uma crítica ao quadro sanitário nacional – quadro geralmente elogiado pelos colaboradores do Estado Novo. Na citação, o posicionamento de Gasparini a respeito do ensino da Higiene nos Ginásios se justifica pela contribuição da Educação Sanitária no enfrentamento das doenças que prejudicavam o “progresso” do Brasil. Ele também se justifica pela expectativa de envolvimento dos estudantes ginásiais na difusão dos preceitos higiênicos.

“O problema dos repetentes nas escolas públicas” é o título de uma palestra publicada no volume III da série. No texto, o autor trata das qualidades necessárias para a boa gestão de uma escola. Parte destas qualidades deveria estar presente no trabalho do professor. Outra parte era responsabilidade dos alunos e do ambiente escolar. Na escola idealizada por Gasparini, o ambiente escolar deveria ser limpo, belo e organizado. E, o aluno, por sua vez,

⁵ No Brasil das décadas de 1930 e 1940, as instituições que ofereciam o Ensino Secundário eram denominadas Ginásios. Para ingressar no Ginásio, o estudante deveria obter a aprovação num exame de admissão. A exigência do exame foi instituída pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e perdurou até 1971.

necessitava ter saúde física e mental e apresentar assiduidade nas aulas. Na opinião de Gasparini, muitos alunos oriundos de famílias pobres ingressavam nas escolas sem possuir saúde física e/ou mental para o exercício das atividades escolares. Neste aspecto, o pensamento do autor se aproxima das ideias defendidas pela Liga da Higiene – grupo de intelectuais favorável ao uso de testes para avaliar a competência cognitiva dos estudantes da Educação Básica (WANDERBROOCK JUNIOR, 2009).

A necessidade do professor possuir virtudes morais está presente em três palestras. São elas: “O problema dos repetentes nas escolas públicas”; “Instrução - Educação - Saúde” e “Escola antiga e escola moderna”. Reproduzindo um discurso que considerava a docência como um sacerdócio, o autor afirma que para o merecimento deste sacerdócio exigia “um exemplo vivo de moral”. No sentido oposto, um professor desprovido de virtudes morais estaria inapto para o exercício da sua função social e poderia prejudicar o processo de educação de crianças e adolescentes.

A quinta palestra inserida neste subgrupo se intitula “Escola antiga escola moderna”. O aspecto interessante desta palestra está nas comparações entre dois tipos de instituições de ensino. Na “escola antiga” o professor – também chamado pelo autor de “mestre” – atuava como um tirano e frequentemente adotava posturas punitivas. Na “escola nova”, o professor busca uma relação de amizade com o aluno, criando um ambiente mais confortável, dinâmico e psicologicamente saudável. Com pesar, Gasparini relata que em determinadas escolas do Distrito Federal ainda aplicavam castigos físicos para punir alunos que transgrediam as regras disciplinares.

4. SUBGRUPO 2: O CUIDADO COM A SAÚDE DOS ESTUDANTES

No primeiro livro da série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* consta o texto intitulado “Finalidade da educação física moderna”. Neste, encontramos um interessante registro das relações que Gasparini estabeleceu entre atividades físicas na escola e saúde mental. Segundo o autor, quando praticada de acordo com os preceitos científicos, a Educação Física atuava de forma positiva no desenvolvimento neuromuscular e cardiovascular. Ela também

atendia a função recreativa e estimulava o “aperfeiçoamento das qualidades de sociabilidade, cooperação, solidariedade”; e, conseqüentemente, oferecia uma contribuição para a formação de uma sociedade saudável (GASPARINI, 1945a p. 34).

A visão positiva de Gasparini a respeito da Educação Física não impediu que este intelectual se posicionasse contra a prática do futebol no ambiente escolar. Na palestra “Foot-ball e saúde” (sic.), Gasparini apresentou três argumentos para justificar sua objeção à prática do futebol nas aulas de Educação Física. O primeiro foi o risco de acidentes e danos à saúde física dos estudantes que praticavam o jogo. O segundo foi o risco da transmissão de doenças nas “aglomerações” formadas em torno das partidas de futebol. O terceiro foi a preferência dos jovens – e particularmente os de sexo masculino – pelo futebol, em detrimento dos problemas sociais e sanitários do país. Na opinião do autor, quando praticado no calor extremo, o futebol provocava excessos físicos “inúteis” e diminuía “a resistência à infecção” (GASPARINI, 1945b p. 35-37).

A objeção de Gasparini à prática do futebol na Educação Física escolar destoa da estratégia estadonovista de valorização do futebol e de projeção deste esporte como símbolo da unidade nacional (PARDINI, 2009). A disparidade entre uma propaganda política que projetou a imagem positiva do futebol na imprensa e no rádio e a palestra supramencionada que considerou o futebol como inadequado para o ambiente escolar não nos parece um fato de pouca importância. No entanto, o fato excede o escopo do artigo e não será objeto de uma reflexão mais aprofundada.⁶

A palestra intitulada “Classificação antropológica dos escolares” apresenta uma síntese dos três perfis usados pelo antropólogo José Bastos de Ávila para classificar as características antropométricas dos estudantes brasileiros.⁷ Usando como referência o livro “Antropometria e Desenvolvimento

⁶ Na intenção de contribuir para uma futura reflexão sobre as múltiplas representações do futebol no Estado Novo, cogitamos a hipótese de que Savino Gasparini registrou na sua palestra uma distinção entre o que procedia de uma cultura científica – como os exercícios de Ginástica adotados nas escolas públicas da época – e o que procedia da cultura popular – como era o caso do futebol. Diante de dois tipos de atividades físicas, Gasparini expressou sua preferência pela primeira e depreciou o futebol.

⁷ José Bastos de Ávila desenvolveu pesquisas de antropologia física no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Trabalhou no Museu Nacional e no Instituto de Pesquisas Educacionais, ambos no Rio de Janeiro

Físico”,⁸ Gasparini descreve os três perfis com os seguintes termos: “astenóide” - sujeito com corpo magro, de pouca massa muscular, aparentemente desnutrido; “atletóide” - sujeito de ombros bem desenvolvidos, pouco tecido adiposo, considerável massa muscular, perímetro torácico maior, estatura e peso acima da média; e “picnóide” - sujeito com tórax profundo, com perímetro abdominal superior ao torácico e maior presença de massa adiposa. Na sequência, informa os resultados de uma pesquisa antropométrica realizada com estudantes do Distrito Federal. Segundo Gasparini (1945c, p. 103), do conjunto total de 358 estudantes contemplados pela pesquisa, 38,5% foram classificados como “astenóides”, 15,9% como “atletóides” e 5,3% como “picnóides”, sendo os demais classificados como “mistos”. Diante do elevado número de estudantes com características de “astenóides”, o autor recomendou “medidas de amparo e proteção” para assegurar a nutrição e o desenvolvimento físico da população em idade escolar.

A preocupação de Gasparini com as atividades ofertadas na disciplina de Educação Física e com os dados antropométricos dos estudantes brasileiros não pode ser dissociada da ideia de construção de um “homem novo”, presente no projeto político estadonovista. Sob a gestão do Ministro Capanema, a Educação Física ganhou importância nas instituições de ensino, e, por meio dela, práticas de classificação antropométrica e ideias de aptidões físicas e morais de ordem genética foram incorporadas nos livros didáticos e nas revistas de educação. Neste sentido, a “educação pelo físico”, proposta por Gasparini, visava, além do desenvolvimento corporal, o ensino de valores morais para os estudantes.

5. PALESTRAS DE HIGIENE NA RÁDIO TUPI: FRAGMENTOS DE BIOPOLÍTICA E DISCIPLINA

Nesta seção do artigo apresentamos uma interpretação da fonte documental baseada nas considerações de Michel Foucault a respeito dos conceitos de biopolítica e disciplina. O primeiro conceito nos remete à

(GONÇALVES; MAIO; SANTOS, 2012).

⁸ O livro intitulado “Antropologia e desenvolvimento físico: métodos e pesquisa em antropologia física” foi uma das mais importantes obras publicadas por José Bastos de Ávila. Neste, o autor apresenta dados de suas pesquisas e aborda discussões teóricas e metodológicas relevantes para o campo da antropometria.

construção de um conjunto de saberes [em parte científicos e em parte políticos] por meio dos quais um determinado governo interfere na saúde e no comportamento da população; o segundo, por sua vez, contempla procedimentos que potencializam o controle de coletivos sociais.

Ao tratar das práticas que configuram a biopolítica, Foucault concede especial atenção para o trabalho da polícia. Segundo o autor, a polícia foi usada pelo Estado para “estimular, determinar e orientar” a integração das atividades da população aos interesses do aparelho estatal (FOUCAULT, 2008, p. 433). Na concepção foucaultina, o policiamento visava inculcar determinados hábitos no comportamento social, e, no sentido oposto, permitia identificar condutas consideradas socialmente nocivas e indesejadas (FOUCAULT, 2012; 2014).

Durante a consolidação do Estado Moderno, e de forma mais incisiva nos séculos XVIII e XIX, técnicas de vigilância foram desenvolvidas e aplicadas nos espaços públicos e em espaços institucionais que potencializam a aglomeração social. Hospitais, quartéis, presídios, escolas e fábricas são exemplos ilustrativos de espaços institucionais submetidos a um constante policiamento.

Sem desconsiderar a complexidade e a abrangência da interpretação foucaultina sobre a biopolítica,⁹ acreditamos que as *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*, analisadas na seção anterior do artigo, podem ser consideradas como fragmentos de uma biopolítica, sobretudo porque intencionavam impor um padrão de comportamento para estudantes e professores, interferindo nos fatores que afetava a salubridade do ambiente e a saúde dos corpos. Neste sentido, temas como as condições de higiene do prédio escolar; o monitoramento das características antropométricas dos estudantes; as práticas de higiene adotadas no cotidiano da escola e os exercícios de Educação Física, apesar de distintas, convergiam no propósito de construção de uma normatização social no âmbito das escolas.

Cabe ainda ressaltar que as iniciativas de Educação Sanitária promovidas pelos intelectuais do Estado Novo estavam relacionadas a ideia de

⁹ A interpretação foucaultina da biopolítica tem sido abordada por diversos autores, dentre os quais destacamos Esposito (2010), Portocarrero (2009) e Castro (2011).

formação do “novo homem brasileiro” – ideias que encontravam respaldo na eugenia. Segundo Dávila (2006, p. 55):

Os eugenistas brasileiros diferiam dos de outros países no grau em que levavam a eugenia para fora do laboratório e para dentro das políticas públicas [...]. O consenso entre os formuladores de políticas era que as escolas eram as linhas de frente da batalha contra a “degeneração”. Os educadores transformaram as escolas em laboratórios eugênicos – lugares onde ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças. A eugenia tornou-se a justificativa para expandir e alocar recursos educacionais.

No que diz respeito à construção da disciplina no ambiente escolar, importa reconhecermos que o Estado Novo, apesar de possuir dispositivos de censura e repressão eficientes, também usou estratégias de convencimento e persuasão para assegurar o apoio da sociedade ao projeto político estadonovista. E uma destas estratégias foi a valorização do comportamento disciplinado, ou dito de outra forma, a valorização do respeito às normas, leis e hierarquias.

Nas palestras encontramos sinais de um discurso pró disciplinarização do ambiente escolar. Os sinais se manifestam na preocupação da Gasparini com as virtudes morais do professor e na proposição deste profissional como modelo de bom comportamento social. Eles também podem ser observados na relação que o autor das palestras estabelece entre a prática Educação Física Escolar e o desenvolvimento físico, moral e cognitivo dos estudantes.

A ideia da disciplina como algo socialmente necessário e institucionalmente funcional perpassa todas as peças documentais que apresentamos no **Quadro 1**. Neste sentido, identificamos similaridade entre a concepção de disciplina usada por Gasparini e as concepções foucaultianas. Para Foucault, a existência da disciplina implica no uso de um modelo a partir do qual se torna possível classificar sujeitos, ideias e atitudes, estabelecendo uma “normalização disciplinar” que resulta na distinção entre o “normal” e o “anormal” (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Na lógica foucaultiana a “normalização disciplinar” seria o produto de práticas de classificação social baseadas na distinção entre aptos e inaptos, ou entre capacitados e incapacitados. Uma versão similar desta lógica pode ser encontrada nas *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o estudo das *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* estabelecemos como prioridade as relações entre o saber médico e a educação escolar, no contexto do regime político estadonovista. A prioridade estabelecida provocou duas restrições operacionais: de um lado, restringiu a Educação Sanitária promovida pelo Estado Novo ao âmbito das escolas; e do outro, condicionou nossa abordagem ao conteúdo das palestras. E, como consequência destas restrições, temas como a saúde da classe operária; a alimentação; a higiene doméstica; a prevenção e tratamento da tuberculose, da sífilis e da hanseníase – todos contemplados pela fonte documental – não foram analisados.

O conjunto de 08 palestras que analisamos, apesar de ser quantitativamente pequeno, permitiu explorar fragmentos do pensamento estadonovista a respeito do papel da escola e dos professores na promoção da Educação Sanitária. Os resultados do exercício de análise documental que realizamos indicam a existência de uma preocupação do Estado Novo com as condições de higiene do ambiente escolar, com a conduta moral dos professores e com o ensino da Educação Física. Outros elementos relacionados ao cotidiano escolar, como a prática da antropometria, o problema da reprovação, a inclusão da higiene no currículo e as relações entre professores e alunos foram tangenciados pela nossa abordagem.

Acreditamos que a história da Educação Sanitária no Estado Novo, parcialmente contemplada pelo artigo, demanda novas pesquisas e esperamos ter oferecido uma contribuição para este campo específico da historiografia da educação.

REFERÊNCIAS

ANDRELO, Roseane. **O rádio a serviço da educação brasileira**: uma história de nove décadas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.139-153 Set.2012.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) O Brasil Republicano. Volume II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-145.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo.** 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Lecturas Foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica.** La Plata: Editorial Universitaria, 2011.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil 1917-1945.** Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia.** Trad. M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FIGUEIREDO, Milene Moraes de; SILVA, Bárbara Virgínia Groff. **Higienismo e Educação na Era Vargas: o Pelotão de Saúde do Ginásio São José (Caxias do Sul/RS).** In: RIPE; Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria A. Martiarena (Orgs.) História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul: instituições, culturas e práticas educativas. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2019, p. 197-214.

FONSECA, Cristina; HOCHMAN, Gilberto. **A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no estado Novo.** In: GOMES, Ângela de Castro (Organizadora). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 173-194.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 25 ed. São Paulo: GRAAL, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

GASPARINI, Savino. **A cadeira de higiene nos ginásios.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [1ª série -1939]. 2ª ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945, p. 1945, p.43-46.

GASPARINI, Savino. **Eficiência na escola.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [1ª série -1939]. 2ª ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945a, p. 54-58.

GASPARINI, Savino. **Direitos da criança.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [2ª série -1940]. 2º ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945b, p.12-14.

GASPARINI, Savino. **Foot-ball e saúde**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [2ª série -1940]. 2ª ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945b, p. 35-37.

GASPARINI, Savino. **O problema dos repetentes nas escolas públicas**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.31-33.

GASPARINI, Savino. **Instrução - Educação - Saúde**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.80-83.

GASPARINI, Savino. **Escola antiga e escola moderna**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.88-91.

GASPARINI, Savino. **Classificação antropológica dos escolares**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.101-104.

GONÇALVES, Assis da Silva; MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Entre o laboratório de antropometria e a escola**: a antropologia física de José Bastos de Ávila nas décadas de 1920 e 1930. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 671-686, set.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/MNHFQGWjCFPDb4HJGsYjmdN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 jun. 2022.

HOCHMAN, Gilberto. **A saúde pública em tempos de Capanema**: continuidades e inovações. In: BOMENY, Helena (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista- SP, Ed. Universidade de São Francisco, 2001, p.127-151.

JAMBEIRO, Othon; et al. (Orgs.). **Tempos de Vargas**. O rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004.

MEDITSCH, Eduardo B.V. **O Rádio na Era da Informação**. Coimbra: Editora Minerva, 1999.

PANDOLFI, Dulce (Organizadora). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. **A narrativa da ordem na voz da multidão**: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado em História, USP, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010130259/publico/MELINA_MIRANDA_PARDINI.pdf Acesso em: 10 de jun. 2022.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SOUZA, Érica Mello de. **Educação sanitária: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940)**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/19769/123.pdf;jsessionid=48B4DFD9335947527DA9E4083F80EA5D?sequence=2> Acesso em: 05 jun. 2022.

STEPHANOU, Maria. **Discursos médicos, educação e ciência: escolas e escolares sob exame**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 33-64, 2006.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil**. 2ª ed. Ed. Harbra, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. Volume II. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 2007, p.146-179.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. **A educação sob medida. Os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945)**. Maringá: Ed. UEM, 2009.

Recebido em 05 de novembro de 2022.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2023.